

SESSÕES DO PLENÁRIO

86ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 08 de setembro de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(54)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Jânio Natal comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 12, 17 e 18/08/2015.

Do Presidente da Câmara Municipal de Salvador, Vereador Paulo Câmara, encaminhando cópia da Moção nº 19/2015 em razão da celebração do aniversário do clube dos Empregados da Petrobras (CEPE), de iniciativa do

Vereador Moisés Rocha.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.(**Oradores inscritos**)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, o horário de verão foi instituído na Bahia em 2011, no governo Jaques Wagner, depois de ter ficado 8 anos sem aplicação na Bahia. A experiência não foi bem-sucedida, tanto que foi suspensa pelo próprio Jaques Wagner, já em 2012, devido à pressão popular e às pesquisas, que apontavam que a esmagadora maioria dos baianos é contra a adoção desse horário.

Nós, aqui desta tribuna da Assembleia Legislativa da Bahia, começamos uma campanha recentemente: *“Governador, diga não ao horário de verão!”* Sabendo que havia uma pressão do Fórum Empresarial da Bahia, que elencou, na visão deles, vários benefícios desse horário. Mas nenhum deles nos sensibilizou. Nenhum! Portanto, fiquei muito feliz porque o governador Rui Costa disse não ao horário de verão. Mostrou que tem posicionamento, foi corajoso ao enfrentar e não atender as pressões desse Fórum, que ainda continua pressionando. O governador tomou uma posição consoante, uma posição em que atende a mais de 70% dos baianos.

Portanto, governador Rui Costa, subo a esta tribuna para elogiar a sua atitude. Foi um posicionamento corajoso, que teve a nossa simpatia e a nossa alegria. Não só a minha mas a de milhares de baianos que também se posicionam contrários.

Dentre as alegações dos empresários, a principal é a manutenção do emprego. É conversa fiada, é conversa pra boi dormir. O trabalhador sabe perfeitamente o que é sair de casa às 4h da manhã. E sem a adoção desse horário ele terá a oportunidade de sair já com tudo claro para desenvolver as suas atividades profissionais. Esse pessoal não está preocupado coisa alguma com a manutenção de empregos ou em melhorar as finanças do Estado. A preocupação deles é uma só: botar dinheiro no bolso, ganhar dinheiro passando por cima de qualquer forma do trabalhador.

Lamento que os sindicatos não se tenham posicionado assim que houve a manifestação desse Fórum Empresarial. Mas nós temos a nossa consciência e partimos para a luta, tentamos sensibilizar. E para a nossa alegria o governador assim se posiciona, dizendo não ao horário de verão. E sempre que for possível e necessário, quando a minha consciência mandar, subirei a esta tribuna para elogiar o governador Rui Costa.

Dessa forma, estarei trabalhando consciente de que as minhas posições ideológicas de deputado da Oposição não fecham os meus olhos, não uso óculos de couro. Consigo enxergar perfeitamente uma atitude certa, coerente e que merece, aqui, os meus aplausos e os elogios da população baiana.

Portanto, governador Rui Costa, muito obrigado por não ceder às pressões dos

empresários, por não atender ao fatídico horário de verão. A Bahia seria o único Estado do Nordeste a aderir ao horário de verão, o qual será adotado no dia 18 de outubro e se estenderá até o dia 21 de fevereiro de 2016. Que seja muito bom para a região Centro-Oeste; que seja muito bom para a região Sul; que seja muito bom para a região Sudeste, mas é ruim para o Nordeste. E essa questão, esse argumento de que a Bahia ficará com o horário diferenciado nos bancos é conversa! No mundo globalizado nós estamos interligados a qualquer hora, em qualquer momento.

Portanto, mais uma vez, parabenizo o governador Rui Costa por deixar a Bahia fora do horário de verão. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, quero, hoje, voltar a fazer um apelo a esta Casa para que nos ajude na aprovação do projeto de lei nº 20.628, que reza sobre a questão da publicidade com a utilização de imagens sexuais, de mulheres peladas, de apelo pornográfico. Realmente, tem havido um clamor do movimento de mulheres, dos movimentos feministas, e acho de fundamental importância.

Esse projeto da minha autoria está nessa relação de projetos que o presidente selecionou para serem aprovados. O relator não está aqui, mas quero fazer um apelo, de público, desta tribuna, para que ele olhe, porque a polêmica, hoje, é que os estados não podem legislar sobre a questão das propagandas. Nós não estamos entendendo, nem estamos, em nenhum momento, com esse objetivo, com essa intenção.

A nossa intenção é legislar, é preservar direitos civis, direitos das mulheres. Nós não podemos aceitar a campanha de agressão, de desmoralização, de rebaixamento da mulher à condição de objeto, de mercadoria que esse sistema brutal tem feito conosco e que muitas agências de publicidade, às vezes, vão na onda.

Fizemos uma audiência pública na quinta-feira, onde esteve presente – deixa eu me lembrar o nome dele – o vice-presidente das associações das agências de publicidade do Norte e Nordeste.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

Sr. Presidente, por favor, se ele não quiser ouvir, melhor ficar calado. Atrapalhar é que não dá certo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, há uma oradora na tribuna.

Pode continuar, deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Então, além da nossa cientista política, a professora Mariângela da UFBA, esteve presente o vice-presidente da Associação das Agências Brasileiras de Publicidade; a Sr^a Olívia Santana, secretária de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia; a defensora pública e a presidente da Comissão de

Proteção aos Direitos da Mulher da OAB.

O debate foi muito importante. Inclusive, contamos com a sensibilidade do vice-presidente da comissão de entender que as agências e que a publicidade também devem estar atentas às discussões, aos debates e às movimentações da sociedade. Se a sociedade, se as mulheres, organizadas ou não, estavam se incomodando com a utilização do seu corpo na propaganda, a qual chamamos de propaganda com baixaria, de propaganda que agride à mulher e que nos desvaloriza, em vidros de ônibus, em fundo de ônibus, colocando a mulher seminua, fazendo a propaganda de tênis e outros produtos mais...

Então, eu queria pedir, aqui, a esta Casa, a este Plenário que nos ajude neste debate. Eu voltarei a ler o que diz a Constituição do Estado, porque, hoje, a polêmica é que não cabe ao Estado federado legislar sobre propaganda.

Mas a nossa Constituição estadual diz em seu art. 282: *“O Estado garantirá, perante a sociedade, a imagem social da mulher como mãe, trabalhadora e cidadã em igualdade de condições com o homem, objetivando: I - impedir a veiculação de mensagens que atentem contra a dignidade da mulher, reforçando a discriminação sexual ou racial (...).”*

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputada.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Voltei a ler este artigo da nossa Constituição, deputados e deputadas, para discutirmos, principalmente, com o relator. Não estamos legislando sobre propaganda. Estamos exigindo que a mulher, enquanto cidadã, enquanto mãe, seja respeitada e valorizada.

Faço um apelo, principalmente, aos membros da Comissão de Constituição e Justiça para nos ajudar nesta discussão.

Hoje, as mulheres representam mais da metade da população e mães da outra metade. Não podemos aceitar que, através da propaganda, a mulher seja tão agredida, tão rebaixada a mercadoria e a objeto de prazer como muitos publicitários têm feito.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Coma palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, funcionários, aqui presentes, pessoal das galarias, toda segunda-feira, sempre, vem à tona aqui...

A Sr^a Luiza Maia:- Hoje é terça-feira, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Realmente, hoje é terça, mas com gosto de segunda-feira, deputada. Afinal de contas, ontem foi feriado com gosto de domingo.

Mas vem à tona, logo no início da semana, a discussão sobre a questão da segurança pública na Bahia, acentuadamente em nossa capital. No último final de

semana, o símbolo da falta de segurança pública, em Salvador, foi uma criança de 2 anos ser atingida por bala em um tiroteio no bairro de São Cristóvão.

Eu me dei ao trabalho, Srs. Deputados, sobretudo os deputados da Bancada de Oposição, de pesquisar sobre a execução orçamentária do governo do Estado. Percebi que dos R\$ 320 milhões previstos para serem investidos em segurança pública, o governo do Estado investiu, apenas, 12% ao longo de 8 meses. Portanto, do valor previsto, qual seja, R\$ 320 milhões, o governo do Estado só gastou R\$ 38 milhões.

Ainda restam quase R\$ 300 milhões, Sr. Presidente, para serem gastos em 4 meses.

Esta é a oportunidade que o governo do Estado tem para, neste resto de exercício, investir no que, ainda, tem no Orçamento para, de fato, tentar melhorar a nossa segurança pública.

Há um outro detalhe que gostaria de trazer para a discussão, ou seja, o que a Secretaria da Segurança Pública gastou com locações de veículos, uma vez que as viaturas das Polícias Militar e Civil são veículos locados.

O que me chama a atenção, meu caro deputado Sandro Régis, Líder da Bancada de Oposição, é que, em 2014, o governo do Estado gastou quase R\$ 110 milhões com locação de veículos e de viaturas para as Polícias Civil e Militar. Este ano, até o mês de agosto de 2015, o governo do Estado gastou, apenas, R\$ 32.850.000,00.

Ao fazer uma projeção até o final deste ano, o governo deverá gastar R\$ 49 milhões com locações de veículos e viaturas; enquanto o ano passado o governo gastou 110. Este ano deverá gastar menos da metade do que gastou no ano passado!

Duas coisas idênticas podem ter acontecido: ou se está gastando mal este ano, ou se gastou mal no ano passado. Ou se está gastando pouco este ano, ou se gastou em excesso no ano passado, meu caro deputado Luciano Ribeiro, por coincidência, ano eleitoral.

Portanto, queremos chamar a atenção do governo do Estado e do secretário da Segurança Pública, pois é preciso, pelo menos, gastar os recursos previstos no Orçamento no que diz respeito aos investimentos. É necessário gastar para ver se assim conseguimos melhorar a segurança pública em nosso Estado.

Eu gostaria, deputado Luciano, de que V.Ex^a prestasse a atenção a este dado. Vejam, dos 320 milhões orçados para serem gastos este ano, apenas, em 8 meses, foram gastos 38 milhões. Ainda há 300 para serem gastos.

É preciso, então, que o governo do Estado, efetivamente, use os recursos que estão disponíveis em seus cofres para serem gastos em benefício da segurança pública do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Com a palavra, pelo tempo de até 5

minutos, o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputado Hildécio, realmente, é uma diferença muito grande de milhões nesses dados que V.Ex^a apresenta nesta tarde.

E por falar em segurança pública, o que eu vejo, deputada Fabíola, é que não tem jeito. Não adianta o governador Rui Costa fazer o Projeto Pacto pela Vida e prometer chamar mais de mil policiais ou o ex-governador Wagner ter chamado 13 mil policiais! As viaturas, hoje, são novas; coisa que não existia no passado. Há de se ver o valor do aluguel dessas viaturas.

Mas o que eu vejo, acredito que não é preciso ser especialista, deputado Adolfo Viana, é que não há jeito. Vergonhosamente, o Brasil sai à frente, deputada Luiza Maia, com os piores índices do mundo como são os índices de matanças e de assassinatos. Este é o primeiro país do mundo em assassinatos. É vergonhoso! Não tem jeito! Ou se faz algo ou, então, não há ou haverá governador que dê jeito, porque esta é uma questão nacional.

Ouvi, há poucos dias, como milhares de brasileiros devem ter ouvido, em um programa, vamos dizer, apelativo, mas que faz sucesso, deputado Bira, que é o programa jornalístico Brasil Urgente do Datena, no qual ele mostrava, deputado Hildécio, um paulista que matou o pai ou a mãe e/ou padastro, ou vice-versa, e, simplesmente, estava andando de bicicleta.

E o promotor deu uma declaração ao dizer que a lei brasileira permite este tipo de acontecimento. Quem sabe se, daqui a 10 anos, o autor do crime poderá ser julgado?

Então eu acredito que não é preciso ser especialista para dizer que grande parte da violência que estamos vivendo hoje, não só na Bahia, mas em todo o Brasil, deve-se à impunidade, porque os malandros – que estão assistindo aquilo na televisão e veem que o cara matou o pai e a mãe está andando de bicicleta com toda a tranquilidade – farão a mesma coisa. A esta tragédia, juntem-se o desemprego e o desejo de possuir o que não tem condições. O malandro arrisca.

É a isto o que nós estamos assistindo todos os dias.

Infelizmente, a população não se comove mais! Presenciamos esta guerra todos os dias. E cada um vai agindo como se não fosse chegar ao seu lado. Foi assim na semana passada, foi assim este final de semana. Um marginal, simplesmente, mete bala em 11 pessoas de uma vez só no Vale da Muriçoca, e ninguém diz nada. É normal! Isso é normal no País, é normal no Brasil. Então, infelizmente, é o retrato da segurança.

Não adianta criticar, aqui, o governador Rui Costa. Não tem governador que dê jeito nessa situação da violência, enquanto não houver alguma medida que mude o código penal, deputada Fabíola Mansur, que temos há 70 anos. Eram outras as condições do País. Há 70 anos temos esse código penal. É uma brincadeira!

Eu estive em Brasília... A maioria dos homens públicos, em Brasília, não estão

interessados na população. Lá é um teatro. Já existe o Teatro Nacional, mas pode mudar para teatro nacional do Congresso! Eu vi lá mais de 250 deputados só pensando em destruir a presidenta Dilma – não estou, aqui, querendo defendê-la – e em aprovar um aumento de 78% para o Judiciário. Quando o País – o que é uma piada – tem um orçamento já com déficit de R\$ 60 bilhões, 200 e tantos parlamentares estão querendo mais 78% de aumento, sabendo que o governo não tem condições de pagar. Eles só estão preocupados com a eleição! Só estão preocupados em destruir o outro lado!

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

Concluindo, Sr. Presidente.

Não estou, aqui, querendo defender o PT, não, porque ele errou, erra e continua errando. Esse é o nível do Congresso que nós temos! Querem terminar de destruir o governo, pensando em ganhar a eleição. Não estão pensando no povo!

Eu não sou nenhum especialista, mas está, aqui, nos Anais desta Casa, onde, por várias vezes, eu disse que este País não tem jeito, caso não seja feito um pacto. Para contribuir até com o que venho falando e que outros sabem bem – só vai dar certo ou começar a dar certo dessa forma, deputado Hildécio Meireles –, o presidente Fernando Henrique, no último final de semana, disse a mesma coisa: temos de juntar os sindicatos, os empresários e a classe política, e cada um ceder um pouco para ver se melhoramos este País. Caso contrário, nós não sairemos do lugar.

Vejam a reforma política! Eu não gosto de participar de reuniões e de seminários, porque, na maioria das vezes, não resolvem nada. Quantas reuniões foram feitas? Quanto dinheiro foi gasto em encontros nos Estados para a reforma política? Foram grupos de trabalho, grupo disso, grupo daquilo, já está se encerrando o prazo no mês de setembro, e o que nós vemos? Nada! Até agora não vemos absolutamente nada! Ainda temos uns 22 dias, uns 25 dias, e acredito que não deva sair nada.

Infelizmente, esse é o retrato do nosso País.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, subo a esta tribuna para tratar de uma posição, um direcionamento acertado do nosso governador que, em um momento de crise, toma uma posição cirúrgica importante, quando desonera as empresas que fazem captação de água, adução e distribuição do pagamento do ICMS que incide sobre o fornecimento de energia elétrica. Empresa pública e empresa de economia mista, como é o caso da Embasa, como é o caso da Emasa, de Itabuna. Ora, essas empresas que fazem o saneamento básico ou, mais amplamente, o saneamento ambiental, não são organizações que visam o lucro no mercado, nas ações, são empresas que colocam infraestrutura hídrica à disposição de quem precisa ter mais saúde, e um dos custos

que mais incidem na formação da taxa é, exatamente, a energia elétrica.

Quando a Secretaria da Fazenda passou as informações para que o decreto, formulado há bem pouco tempo, se transformasse em realidade, houve um esquecimento, houve um lapso que se traduz em uma importância muito grande. Na Bahia, existem 34 municípios que dispõem de serviço de saneamento básico através de autarquias municipais da administração indireta, os SAAEs, Serviço Autônomo de Água e Esgoto. Obviamente que quando comparamos, eles não têm o poder de fogo de uma Embasa.

Fizemos uma indicação e levamos essa informação para a Diretoria de Tributos da Secretaria Estadual da Fazenda. Obviamente que as informações e os dados que levamos continham, claramente, a importância de desonerar – principalmente nessa quadra de dificuldade macroeconômica, nesse momento em que há a bandeira vermelha para quem consome intensivamente energia elétrica – as autarquias que passam por momentos dos mais difíceis em função da conjuntura macroeconômica.

Então, essa indicação vai na direção da isonomia do tratamento, vai na direção de promover e de trazer à baila a necessidade que os municípios que são servidos por essas autarquias municipais têm de taxas mais módicas, a partir do momento em que a desoneração do ICMS que incide sobre o fornecimento de energia elétrica deixa de ser, ou, pelo menos, arrefece, um grande percentual na composição da taxa de consumo do abastecimento de água e do esgotamento sanitário.

Então, essa lembrança, neste momento, vai na condição de permitir a ampliação dos serviços, na direção da universalização dos serviços de saneamento básico nos municípios.

Embora não seja uma movimentação permanente, estruturante, é, sem sombra de dúvida, uma demonstração de sensibilidade tópica, porém necessária, do nosso governador, no momento em que a crise não arrefece, no momento em que a crise se apresenta exatamente na direção daquelas empresas que não estão trabalhando para a obtenção de lucro para a sua sustentabilidade. São empresas da administração indireta dos governos municipais.

Então, esse é o nosso posicionamento, na direção de promover a equidade no tratamento dessas empresas públicas, autarquias e empresas de economia mista.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, queridos colegas, senhores da imprensa, ocupantes das Galerias, amigos e amigas que nos assistem pela *TV Assembleia*, o que me traz, nesta tarde, à tribuna são, essencialmente, dois pontos.

Mas, eu queria chamar a atenção que hoje tentamos fazer uma reunião com

todas as comissões, e infelizmente não tivemos quórum para debatermos um tema muito importante para esta Casa e para o nosso Estado, que é o fundo de pensão dos servidores, o Funprev. Espero que semana que vem tenhamos a possibilidade, deputada Fabíola, de debatermos na comissão para chegarmos a um consenso e conseguirmos votar aqui com o melhor consenso possível.

Eu queria chamar a atenção também para um fato que, infelizmente, é corriqueiro e que faz com que todos os baianos vivam num clima de tensão, a questão da segurança pública. O governador Rui, Rui do PT, que, infelizmente, foi eleito à mercê e no vácuo da Dilma, Dilma “Pinóquio,” tem demonstrado, seguidas vezes, a falta de sensibilidade e de compromisso com os baianos. O governador perdeu totalmente as condições de governar e de falar sobre segurança pública.

O secretário da segurança pública e o governo do Estado perderam as estribeiras da segurança pública do Estado da Bahia. Rui do PT, infelizmente, não se faz respeitar diante dos baianos pela ineficácia e inoperância. E, aí, sabemos que a segurança pública é um tema muito complexo e amplo. Só que quando você vê a importância que é dada pelo governador Rui do PT, vemos que apenas 11%, presidente, do que foi previsto no Orçamento com segurança pública para este ano foram gastos pelo governo do Estado. Você vê a prioridade do governador.

Na semana passada vim aqui trazer e dizer do infeliz homicídio que houve com aquela jovem estudante de Medicina, que é um fato que chama a atenção para a imprensa, até porque é uma estudante de Medicina, jovem, com uma vida toda pela frente, mas esse fato, deputada Fabíola, V.Ex^a sabe muito bem que acontece todas as semanas com diversos jovens, sejam eles ricos, pobres, negros ou brancos, e a segurança pública do Estado arruinada; a saúde do Estado abandonada.

O governador quer dizer que está trabalhando, mas, infelizmente, não vejo um projeto do governo do Estado eficaz, um gesto do governo do Estado, a não ser as blitzes em horário de tráfego pesado que estão atrapalhando todas as cidades, principalmente aqui da capital, que até hoje não houve nenhum resultado específico por causa dessas blitzes. Eu quero saber o que essas blitzes durante o horário de rush trouxeram de benefício para nós baianos com relação à segurança.

Eu quero saber do secretário da segurança pública, que ele se pronuncie, porque ele veio dizer em público que crimes estavam acontecendo, principalmente aqui em Salvador, por falta de iluminação pública. Aí, pergunto ao secretário: isso faz parte do programa de governo? Ele está satisfeito com a segurança pública do Estado ou como é que ele responde tantos assassinatos e crimes que acontecem à luz do dia, os bancos assaltados? Eu quero saber o que ele responde do crime que aconteceu ontem, infelizmente, num local que é o principal lazer dos soteropolitanos, a praia.

O crime que aconteceu ontem no Porto da Barra é o exemplo típico de que nós baianos não temos mais nem onde nos divertir, porque até em shopping centers hoje em dia que você sentia um pouquinho de segurança, você não sente mais. Quem é que tem coragem hoje de andar pelas ruas de Salvador?

E o governador do Estado, com a sua incompetência, é incapaz e falta coragem

de dizer: eu não tenho coragem de assumir isso. Porque se ele continuar nesse prumo, ele tem que renunciar e dar para quem tem condição, porque ele foi candidato a governador do Estado. E se ele foi candidato a governador do Estado, deputados que seguem o Rui do PT, quero dizer: Rui do PT, tenha responsabilidade, assuma a responsabilidade de um governo, um governo de continuidade que, infelizmente, nos últimos dez anos faz da nossa Bahia sempre mais triste...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- (...) porque enquanto estamos presos em casa, os bandidos estão soltos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, por permuta, o deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, subo à tribuna, na tarde desta terça-feira, para fazer um apelo ao governo do Estado. Na legislatura passada, votamos aqui, deputado Joseildo Ramos, deputado Bira Corôa, Srs. Deputados da Oposição, deputado Maria del Carmen, e aprovamos por unanimidade um projeto de lei que concede meia entrada para doadores regulares de sangue em eventos de esporte, cultura e lazer. Lembro-me bem que na ocasião esse projeto foi apreciado nesta Casa com todas as dispensas de formalidade e foi aprovado na sua unanimidade.

Faço um apelo ao deputado Joseildo Ramos, que goza de prestígio com o atual governador do Estado da Bahia, que regularize o projeto. Na época, o governador Jaques Wagner vetou o projeto que havia sido aprovado por esta Assembleia Legislativa, mas, por acordo, conseguimos mostrar ao Líder do governo da época, deputado Zé Neto, que esse projeto iria ajudar muito o Hemoba, principalmente nos períodos festivos, quando falta sangue para todo o Estado da Bahia. Assim, derrubamos o veto, mas não o fizemos, deputado Bira Corôa, sem o consentimento do governo. Usamos o prestígio do Líder do governo, deputado Zé Neto e do Líder do PT na época, deputado Rosemberg Pinto. Então derrubamos o veto por acordo. Para que essa lei comece a beneficiar os baianos, o governo do Estado precisa regulamentá-la.

Recebi um ofício do secretário da Saúde que questiona a constitucionalidade do projeto. Fizemos uma pesquisa e encontramos no STF uma decisão de colegiado que fez com que o Estado do Espírito Santo fosse beneficiado com essa lei. Essa lei, deputado Herzem Gusmão, já beneficia todos os cidadãos do Espírito Santo há nove anos.

Então, deputado Joseildo Ramos, faço um apelo aos deputados da Base do governo, porque esse é um assunto de extrema importância, que já foi votado nesta Assembleia por unanimidade. Derrubamos o veto do governador Jaques Wagner por unanimidade também, e precisamos da regulamentação do governo do Estado.

Quanto à constitucionalidade desse projeto, o STF já decidiu.

Não tenho dúvida de que esse projeto, sendo regulamentado pelo governo do Estado, irá ajudar muito centenas e centenas baianos que precisam de sangue nos hospitais. O Hemoba, durante o São João, Carnaval, faz campanha nos veículos de comunicação, gasta-se um valor razoável, porque a causa é nobre, é importante, e esse projeto vem, sem sombra de dúvida, para somar e ajudar a instituição e os baianos que necessitam de sangue.

Então, queria neste momento provocar uma reflexão por parte dos deputados da Base do governo que são os que podem fazer uma análise junto ao secretário Josias Gomes, ao secretário da Saúde e ao próprio governador do Estado para que regulamente esse projeto que será de fundamental importância para que os baianos passem a ter um banco de sangue em melhores condições de atender a nossa população.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Coma palavra a deputada Fabíola pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores da Galeria e da Imprensa, fiquei aqui ouvindo atentamente os discursos sobre segurança pública, assunto esse que afeta a todos nós cidadãos e cidadãs brasileiras e brasileiros, deputada Maria del Carmen, sobretudo, àqueles que têm a responsabilidade, como nós do Poder Legislativo, de fazer parte da solução. E solução para a segurança pública não é única, porque para problema complexo temos múltiplas soluções. Também não podemos superficializar as soluções como se fosse mérito desse ou daquele governante ou problema desse ou daquele governante.

Se não assumirmos o compromisso com a segurança pública – que vai desde a educação de qualidade, que já foi extremamente falada aqui, e desde pactos como o que faz o governador no projeto Educar para Transformar –; se não acreditarmos, deputada Maria del Carmen, na possibilidade de mudança; se não acreditamos que os jovens, sobretudo a juventude negra, que não tem as mesmas oportunidades de educação, de inclusão através de trabalho e renda como solução também para o programa de segurança pública; se não acreditarmos que coisas simples, como melhorar a iluminação pública pode, de fato, sim, melhorar a segurança; se não acreditarmos na reforma do Código Penal, mas não numa reforma como essas todas, como a Reforma do Sistema Eleitoral que acabou em pizza...

Aliás, quero aproveitar a oportunidade e parabenizar a senadora Lídice da Mata, que está em 22º lugar, em destaque. Ela foi lá e votou contra o financiamento empresarial de campanha, assim como o deputado Bebeto Galvão, e votou contra a redução da maioria penal, pois na verdade sabemos que é uma solução hipócrita para um problema profundo do Brasil.

Continuando, se nós não acreditarmos em múltiplas soluções, como a reforma do Código Penal, como a valorização dos profissionais de segurança pública, inclusos aí os policiais militares e civis; se nós não acreditarmos que temos que ampliar a proteção das nossas fronteiras, lá com o nosso ministro e com as três Forças Armadas, então estaremos aqui defendendo abobrinhas como solução para o alto índice de criminalidade do tráfico de drogas, para os crimes hediondos, para os banais, como o que afetou a médica Mariana, que recentemente foi vítima, e os que afetam a juventude negra nas periferias das grandes cidades.

Quando assumimos aqui nesta Casa a responsabilidade de fiscalizar, de pedir mais investimentos, de acompanhar as ações do governador Rui Costa, assumimos a responsabilidade de entender que há compromisso, sim, no próprio Programa Educar para Transforma, há compromisso, sim, na inclusão dos jovens através do Jovem Aprendiz, que há compromisso, sim, de valorização com o chamamento de concurso público.

Quero saudar os agentes penitenciários e dizer que, entendendo que precisamos modificar o sistema prisional, nós vamos avaliar esse pleito. Não é admissível que se tenha ainda algumas cidades que não tem delegado, deputada Maria del Carmen, que não tem nem um agente penitenciário. Temos que encontrar soluções à luz dessa crise que enfrentamos. Não podemos aqui fazer a política da terra arrasada: *“Temos alta criminalidade, nada que se faz presta”*. Precisamos fazer as pontes para a segurança pública.

Não falo só desta Casa, pois sei que a Oposição tem compromisso com a Bahia, falo de todas as Casas Legislativas e sobre tudo que a gente aqui precisa se comprometer com responsabilidade.

Dizia ao nobre presidente Adolfo Menezes que acredito que possamos fazer um pacto com responsabilidade para mudar esses números, e ele me dizia: “Deputada, siga em frente, a Sr^a é ideológica e não deixe de acreditar”. Quero agradecer, deputado, pelas palavras otimistas, porque é isso que sou em relação à saúde pública e à educação. Faço e trabalho com o otimismo de quem quer mudança, com o otimismo, com o compromisso de quem quer pontes e com a responsabilidade de quem quer melhorar a vida de inúmeros baianos e baianas que nos colocaram aqui.

Sr. Presidente, com sua tolerância, quero convidar a todos: começou a 14^a semana da Parada Gay, que é o compromisso desta terra com a promoção da diversidade, com o combate e enfrentamento, deputado Euclides, a todas as formas de preconceito. A semana inclui diversas atividades acadêmicas, diversas audiências – inclusive, a audiência da mulher estará promovendo diversas feminilidades políticas para tratar, exatamente na Comissão da Mulher, da identidade de gênero. Quero convidar a todos, dia 11, no Sindae, para esta audiência e, no domingo, para a Parada Gay.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Grande Expediente.

A Sr^a Maria del Carmen:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputada Maria del Carmen.

A Sr^a Marita del Carmem:- Sr. Presidente, solicito que faça uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Sandro Régis, existe um pedido de verificação de quórum pra continuidade da sessão. V.Ex^a quer que marque o tempo? Já vimos que não tem condição de continuidade.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a concedesse um acordo de liderança, com uma questão de ordem lá e outra aqui. Em vez do tempo regimental, seria o tempo de chamar os deputados para vir ao Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Será concedido a questão de ordem par aos dois.

Questão de ordem ao deputado Herzem Gusmão e depois à deputada Maria del Carmen.

O Sr. Herzem Gusmão:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, gostaria de fazer um registro, vejo ali uma faixa – já é a terceira semana que a vejo aqui – com um apelo para que o governador venha convocar mil e duzentos agentes penitenciários concursados. E aí quero incluir a situação gravíssima de Vitória da Conquista, que tem um presídio muito pequeno e que já tem um presídio novo, faltando apenas descerrar a placa e cortar a fita. Ele é um novo presídio com capacidade para mais de oitocentas vagas. O governo já publicou uma licitação para a contratação da empresa, mas vai ter um impedimento em relação à falta, à ausência de mais agentes penitenciários. O governo precisa priorizar e precisa convocar esses agentes importantes para o Estado da Bahia.

Quero parabenizar o deputado José Raimundo Fontes e o deputado Waldenor pela feliz iniciativa de articulação a fim de conseguir um patrocínio desta Casa para o lançamento de uma importante coletânea, em dois volumes, de um grande poeta, escritor, jornalista, professor, nascido em Caetité e que viveu em Vitória da Conquista, Camilo de Jesus Lima. Ele será homenageado por iniciativa do também poeta Carlos Jehovah, presidente da Casa da Cultura em Vitória da Conquista. Nesse evento tive o prazer de ser convidado, e ocorrerá em Vitória da Conquista, na sexta-feira.

Quero também, aproveitando o tempo, fazer outro registro e também um convite. Estamos recebendo a delegação do presidente do movimento “*Conquista Pode Voar Mais Alto*”, para convidar todos os deputados para estarem presentes no dia 18 em Vitória da Conquista, quando estaremos cobrando do governo os 30 milhões que temos direito para a conclusão do aeroporto. O governo anunciou a

licitação para o ano que vem, e 2016 será ano de eleições, e isso tem gerado uma desconfiança muito grande, porque esse aeroporto, segundo as promessas e o cronograma, era para estar sendo inaugurado neste ano. É um equipamento tão importante para o aeroporto regional de Conquista, são dez deputados desta Casa que utilizam esse aeroporto para embarcar para outras cidades. São seis vôos para Salvador, três da empresa Azul e três da Passaredo, diariamente. Vôos para São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, e o nosso aeroporto é muito acanhado, precisamos desse equipamento novo, portanto é importante a pressão da câmara, do movimento para uma antecipação da licitação neste ano, a fim de que a cidade seja contemplada com um novo aeroporto. É um apelo que estamos fazendo, convocando também os deputados daquela região, são três de Guanambi, dois de Jequié, três de Vitória da Conquista, um de Caculé, outro de Barra da Estiva.

Portanto, Sr. Presidente, eram essas as nossas colocações nesta tarde.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem da deputada Maria del Carmem.

Srs. Deputados, eu estou sempre presidindo a sessão e nenhum deputado, nenhuma Bancada pode reclamar. Infelizmente, o Regimento aqui nunca é seguido, por uma questão de tolerância, vamos fechando os olhos. Espero que ninguém reclame.

A Sr^a Maria del Carmem:- Sr. Presidente, queria aproveitar esses cinco minutos que nos restam, antes de V.Ex^a proceder à verificação de quórum, para fazer algumas observações sobre algumas colocações feitas aqui nesta tarde. Primeiro, acho que a nossa presidenta da República, até por ser a figura maior do nosso País, com todas as discordâncias e posições políticas e ideológicas diferenciadas, ela continua sendo a presidente da República. Por isso merece o respeito de todos os nossos pares. Se nós deputados e deputadas não exercemos a nossa função com a dignidade necessária e falamos da presidenta da forma como pude observar hoje, é algo que não condiz com esta função, porque neste momento não nos estamos dirigindo apenas à Dilma, mas à figura que representa a Presidência deste país, com esse imenso tamanho e importância que tem.

Segundo, eu queria fazer uma observação com relação à questão da Segurança, e aproveito para parabenizar a deputada Fabíola Mansur pelo seu pronunciamento aqui nesta tarde, porque acho que segurança – é importante que façamos uma análise com mais profundidade desse tema – não é apenas resolvida com policiamento. Policiamento e todas as funções inerentes à polícia são importantes, mas, com certeza, se as gestões passadas... Vamos pensar que estamos ainda iniciando o nono ano da gestão do Partido dos Trabalhadores. Tenho muito orgulho de ter Rui Costa como governador e de ele ser do Partido dos Trabalhadores, assim como toda a Bancada do PT e os companheiros aliados de que ele seja nosso governador, porque foi eleito de forma democrática, em primeiro turno, em nosso Estado. Estamos apenas iniciando o nono ano, oito anos e meio que presidimos a direção deste Estado da Bahia.

Portanto, se anteriormente tivesse havido uma preocupação com os problemas

da educação, com a realização de investimentos para que, de fato, ela alcançasse o patamar necessário, com certeza não teríamos, muitos desses nossos jovens, que hoje estão na marginalidade, que hoje estão, inclusive, sendo fruto dessa luta - como no final de semana no Vale da Muriçoca, que conhecemos muito bem a realidade daquela área-, fruto de uma briga entre duas gangues adversárias naquele local, com certeza, não teríamos muitos jovens perdendo a vida como vem acontecendo.

Parece até que nesses oito anos e meio de governo nasceram todos os jovens, todos os adultos que hoje, infelizmente, estão na marginalidade. Portanto, é importante analisarmos que esse processo vem lá de trás, pela falta de compromisso com o investir em educação, quando permitimos que a educação deixasse de ser prioridade, quando permitimos que a nossa cidade se transformasse no que ela hoje, sem investimento na área da infraestrutura, permitindo que ocupações acontecessem de forma desordenada, porque a essa população negra, pobre só restava o fundo dos vales e as encostas íngremes e fazer suas casas da forma como foram implantadas sem espaço para movimentar-se, conduzir-se, para circular em diversas áreas, para não garantir espaço de lazer, para não garantir que cultura e arte pudessem estar presentes na vida desses jovens.

Portanto, é importante que a gente analise a questão da segurança como algo muito maior do que apenas fazer investimento em polícia, em armamento, em equipamento, que vem sendo feito, Sr. Presidente, mas que ainda são insuficientes.

Eu estava hoje pela manhã, participando com o governador Rui Costa, da inauguração, Srs. Deputados, de uma encosta lá na baixada, junto ao Rio Ipitanga, num local, deputado Joseildo, que foi a primeira vez que viram o governador de perto. Foi a primeira vez, na história daquele local, que estiveram com o governador, porque nem outros prefeitos ou o prefeito atual passaram por aquele local. Lá, Sr. Presidente, vimos a quantidade de jovens, com a vossa tolerância, já concluindo, que estavam sem ter o que fazer naquele lugar.

E a reclamação maior das crianças daquele local e das mães, era a falta de um espaço para que aqueles jovens pudessem ter um momento de lazer e uma creche para as crianças. E o governador se comprometeu, com certeza, de que nessa nova etapa de recursos que ele conseguiu junto à presidência da república, que construirá uma creche no momento da requalificação do Rio Ipitanga, que vai começar as obras dentro em breve, acabando a inundação naquela região do Cassange, de São Cristovão, e, também, Lauro de Freitas, faria naquele local um novo espaço para que a juventude pudesse utilizar.

Portanto, é com muito orgulho que nós temos Rui como governador do Estado da Bahia, do Partido dos Trabalhadores.

Obrigada, Sr. Presidente, pela vossa tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Como houve um pedido de verificação de quórum, depois do acordo das duas questões de ordem, declaro

encerrada a presente sessão por falta de número suficiente de deputados nesta tarde.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.